



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 22, n. 7, art. 5, p. 100-112, jul. 2025

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2025.22.7.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



Ameaças à Democracia: Análise das Tentativas de Ruptura Institucional no Brasil e o Caso Bolsonaro

Threats to Democracy: An Analysis of the Attempts at Institutional Rupture in Brazil and the Bolsonaro Case

Franciely do Nascimento Sousa

Graduanda em Bacharelado em Direito do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
Bolsista do PIBIC 2025.1 do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
E-mail: francielysousa44@gmail.com

Flávio Felipe Moura Luz

Graduanda em Bacharelado em Direito do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
Bolsista do PIBIC 2025.1 do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
E-mail: flaviofelipepluz368@gmail.com

Maria do Socorro Rodrigues

Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Luterana do Brasil
Docente do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
Orientadora e bolsista do PIBIC 2025.1 do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
E-mail: professorasocorror@gmail.com

Endereço: Franciely do Nascimento Sousa
Faculdade R.Sá - BR 316, Altamira, CEP: 64.602-000,
Picos/PI, Brasil.

Endereço: Flávio Felipe Moura Luz
Faculdade R.Sá - BR 316, Altamira, CEP: 64.602-000,
Picos/PI, Brasil.

Endereço: Maria do Socorro Rodrigues
Faculdade R.Sá - BR 316, Altamira, CEP: 64.602-000,
Picos/PI, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 08/06/2025. Última versão recebida em 27/06/2025. Aprovado em 28/06/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este artigo busca analisar as ameaças à democracia brasileira durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2023), a partir das tentativas de ruptura institucional. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem interpretativa, bibliográfica e documental. Permite identificar também como os políticos exercem poder, constroem sentidos e mobilizam apoio por meio da linguagem sob viés autoritário, que revelam as ideologias, estratégias das relações sociais envolvidas. Utiliza-se a análise empírica de discursos políticos contrários ao regime democrático, ações governamentais e as reações das instituições. O objetivo é a compreensão dos fatos e as suas consequências para os debates que estão abordados: as ações, os discursos com relação à democracia, os impactos das crises políticas na legitimação democrática afetando o sistema eleitoral, tendo a mobilização social para fins antidemocráticos na sede dos Três Poderes em Brasília. Conclui-se que, apesar da resistência institucional, ocorreram ameaças significativas ao Estado democrático, sendo crucial o fortalecimento do Judiciário, do sistema eleitoral republicano e da sociedade civil pela preservação da Constituição Federal e do regime político-democrático.

Palavras-Chave: Democracia. Sistema Eleitoral. Governo Bolsonaro. Ruptura Institucional.

ABSTRACT

This article aims to analyze the threats to Brazilian democracy during the government of Jair Messias Bolsonaro (2019–2023), focusing on attempts at institutional rupture. Through qualitative research with an interpretative approach, both bibliographic and documentary. It also allows for the identification of how politicians exercise power, construct meanings, and mobilize support through language under an authoritarian bias, which reveals the ideologies and strategies of the social relations involved. An empirical analysis of political speeches opposing the democratic regime, government actions, and the reactions of institutions is employed. The goal is to understand the facts and their consequences for the debates addressed: the actions, the speeches regarding democracy, the impacts of political crises on democratic legitimacy affecting the electoral system, and the social mobilization for antidemocratic purposes at the headquarters of the Three Powers in Brasília. It concludes that, despite the resistance institutionally, significant threats to the democratic state occurred, making it crucial to strengthen the judiciary, the republican electoral system, and civil society for the preservation of the Federal Constitution and the democratic political regime.

Keywords: Democracy. Electoral System. Bolsonaro Government. Institutional Rupture.

1 INTRODUÇÃO

A democracia brasileira tem enfrentado significativos estorvos que ameaçam a estabilidade de suas instituições nas últimas décadas. Eventos recentes, como discursos que questionaram a integridade do sistema eleitoral e os ataques aos órgãos como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), suscitaram debates sobre a solidez do regime democrático no país.

Diante dessas ações, este artigo analisa as ameaças à democracia brasileira no caso do governo de Bolsonaro (2019-2023), com ênfase nas tentativas de ruptura institucional. Este estudo busca responder aos questionamentos: quais foram as principais ameaças à democracia brasileira nesse período, também como elas se manifestaram nas tentativas de ruptura institucional.

O fenômeno a ser estudado é passivelmente observável de verificação empírica, uma vez que envolve a análise de discursos políticos, que contrariam o regime democrático, de ações governamentais e as reações das instituições. As dúvidas que norteiam esta pesquisa são: quais fatores contribuíram para a fragilização das instituições democráticas no Brasil? Como as ações de líderes políticos, no caso de Bolsonaro, influenciam a percepção pública da democracia? Quais são os impactos dessas ações na estabilidade política e institucional do país?

A partir dessas indagações, esta pesquisa busca compreender a dinâmica das ameaças à democracia através da análise dos elementos mencionados. Vale ressaltar que a pesquisa busca, por meio da análise do caso de Jair Bolsonaro e das tentativas de ruptura institucional a ele relacionadas, oferecer subsídios em prol da compreensão e fortalecimento das instituições democráticas no país.

A pesquisa adotada é de natureza qualitativa, por configurar-se uma análise interpretativa de fatos político-sociais e das dinâmicas institucionais. O objetivo é a compreensão das consequências das ações do ex-presidente no contexto democrático brasileiro. Tal abordagem considera não somente o conteúdo das ações, como também a forma como são expressos. Nessa perspectiva, inserem-se os efeitos nos campos político, midiático e social.

A abordagem utilizada neste estudo é de natureza teórica e analítica. Visa-se, mediante análise crítica, compreender os eventos, os discursos e as ações políticas que podem ter comprometido a estabilidade democrática no Brasil. A pesquisa não busca a mensuração

quantitativa de variáveis, mas, sim, a análise dos impactos dessas ações nas instituições democráticas.

O campo de pesquisa abrange a análise dos discursos políticos proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em destaque os períodos após as eleições de 2018 e os eventos de 2021 até o caos de 2023.

Inclui falas sobre a democracia, as manifestações contrárias aos resultados eleitorais e os ataques direcionados ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal em Brasília. A escolha justifica-se pela indispensabilidade do assunto e as consequências que esses episódios têm para a democracia no Brasil.

Os procedimentos de análise combinam o estudo de caso do Bolsonaro, que emprega o método dedutivo com abordagens exploratória, descritiva e a pesquisa bibliográfica documental. Nisso abrangerá a coleta de dados do Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES -, Scielo, Google Acadêmico e as publicações em mídias oficiais e não oficiais que tratam dos episódios de crise institucional. Consistirá nos discursos selecionados, incluindo os pronunciamentos oficiais, as declarações em eventos de campanhas e as coletivas de imprensa.

A amostra de análise selecionada pautou-se na relevância e na representatividade dos eventos para a análise das tentativas de ruptura institucional. A justificativa para as escolhas metodológicas se baseia no requisito de uma abordagem que permita um entendimento sucinto dos fenômenos político-sociais, interpretação das motivações e as consequências das ações políticas analisadas.

No âmbito acadêmico, a pesquisa oferece arguição para debates objetivos sobre a resiliência democrática e os empecilhos contemporâneos enfrentados pelas instituições. Para os discentes, a investigação proporciona o desenvolvimento de habilidades analíticas críticas e a compreensão dos processos políticos, que reforçam o compromisso e a preservação dos valores civis.

A motivação para este estudo advém da observação de eventos recentes que ameaçam a solidez das instituições brasileiras e as consequências para a democracia no Brasil. O desígnio deste artigo é contribuir para o fortalecimento das instituições diante dos ataques analisados, uma vez que articula ações com tendências autoritárias modernas. Esse ponto de partida alinha-se com o propósito científico de identificar dificuldades e buscar explicações sistemáticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Atos e Discursos Antidemocráticos

De acordo com Venturelli (2023, p. 89, tradução nossa), Jair Messias Bolsonaro demonstrou traços populistas tanto em suas campanhas eleitorais quanto ao longo de todo o seu mandato. Os seus apelos populistas são contribuíram para levá-lo ao cargo em 2018; contudo, eles também refletiram em seu baixo índice de aprovação do mandatário até o final de seu mandato, situando-se um pouco acima de 20% (VENTURELLI, 2023, p. 90, tradução nossa).

Durante o seu mandato, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro manteve alinhamento com os parlamentares da extrema direita que utilizaram as redes sociais para disseminar ameaças a ministros do Supremo Tribunal Federal - STF - e fomentar o descrédito institucional. Essa postura ocorreu sem que houvesse qualquer iniciativa efetiva por parte do Executivo para conter tais abusos.

O autor George Abboud (2022) ressalta a complacência explícita do chefe do Executivo ao apoiar um parlamentar que proferiu “numerosas ameaças aos ministros do próprio STF”. Segundo Abboud, tal ato, por si só, configurou uma grave afronta à separação dos Poderes.

Conforme pontua o autor, “gera um pouco de constrangimento imaginar que em pleno século XXI seja necessário explicarmos que não existe ato de poder público completamente imune a um exame de legalidade ou constitucionalidade” (ABBOUD, 2022).

Esta advertência é de exímia importância, em virtude de reafirmar que nenhum agente político, inclusive o presidente da República, está acima da Constituição. A tentativa de blindar juridicamente os atos de conteúdo duvidoso representa não apenas um erro dogmático, mas um risco real à preservação do Estado Democrático de Direito.

As arguições críticas à administração de Bolsonaro, principalmente da esquerda radical populista, como exemplo o PSTU, incluíram ataques associados à covid-19.

A partir disso, o PSTU alegou que Bolsonaro “conscientemente atrasou a vacinação para impor contaminação maciça, resultando na morte dos mais vulneráveis, assim, por meio do genocídio, alcançou a ‘imunidade de rebanho’” e “garantiu o esquema corrupto de vacinas com preços excessivos” (Venturelli, 2023, p. 90, tradução nossa).

Em vez de se espelharem nos marcos civilizatórios e na ciência sobre a pandemia da covid-19, as redes sociais foram dominadas por discursos extremistas e negacionistas (ABBOUD,

2022, p 222). Nesse panorama, princípios que eram constitucionalmente consolidados passaram a ser questionados, com destaque no Estado Laico.

Abboud enfatiza que a ideia de discursos reacionários seria sustentada sob a alegação de liberdade de expressão. Atualmente, o STF é o grande sustentador da democracia e relevante na proteção de direitos da sociedade ao longo da pandemia. O autor também aborda neste capítulo as formas de golpe de estado:

Em estudo sobre o tema, a cientista política Nancy Bermeo identifica seis formas de golpe de estado diferentes do clássico e violento golpe militar. São elas: "golpes executivos" - governos eleitos que suspendem as instituições democráticas; "fraude nas eleições" - manipulação no processo eleitoral; "golpes promissórios" - sequestro do governo que depois se legitima por uma ratificação eleitoral; "engrandecimento executivo" - permanência daqueles eleitos sem previsão constitucional; e "manipulação eleitoral estratégica" - atingindo a liberdade e a justiça das eleições (ABBOUD, 2022, p. 227).

À vista disso, de tensões e ameaças à democracia, o sistema político enfrentou uma grave tentativa de ruptura institucional. Após as eleições, no domingo à tarde, dia 08 de janeiro de 2023, houve a invasão do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília, por manifestantes antidemocráticos que protestavam contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ápice dessas tensões, marcado pela invasão e caos na sede dos Três Poderes, culminou na deflagração da Operação Lesa Pátria. Essa operação resultou na prisão de centenas de pessoas e na abertura de processos judiciais contra os fomentadores dos atos golpistas.

No que concerne ao ex-presidente Jair Bolsonaro, ele se tornou alvo de investigações por, supostamente, ter participação nesse plano e na tentativa de golpe de Estado, com o intuito de manter-se no poder após sua derrota nas eleições de 2022.

Essa erosão da legitimidade institucional, promovida pelos discursos públicos, incentivou a ação antidemocrática, através da polarização pelo fanatismo nas redes sociais. Ao invés de configurar golpes clássicos, houve a manifestação de golpes contemporâneos, conforme citado no livro do Abboud, *in verbis*:

Os novos tipos de golpe contemporâneo, classificados por Nancy Bermeo, são do segundo tipo e pressupõem um discurso dissimulado, de intenções obscuras. Nas palavras de Runciman, "um golpe no século XXI tem como marca a tentativa de esconder o que mudou. Ninguém sabe a verdade. A democracia morreu! Vida longa à democracia" (ABBOUD, 2022, p. 228).

Nesse ínterim, o discurso é poderoso, representando uma ameaça às pessoas após a exposição de uma linguagem emocional, depreciativa e negativa (BOZZA, 2023). Essa linguagem intimida ou constrange grupos sociais ao ser proferida por uma autoridade pública.

O autor Gabriel Alexandre Bozza (2023) identifica que a base mais radical de apoio ao bolsonarismo se ancora em valores conservadores e em discursos de extrema-direita, frequentemente articulados com setores empresariais, ruralistas e movimentos de caminhoneiros.

Esses grupos se alinham a uma retórica autoritária, promovida por uma liderança messiânica que se apresenta como solução aos problemas nacionais, ao mesmo tempo em que ataca instituições democráticas, com intuito de deslegitimar o sistema vigente.

Quando há um governo extremista, que atua reiteradamente para erodir as instituições e, com elas, a própria democracia, a estrutura constitucional é continuamente desafiada e abalada (COUTO, 2023). Essa perspectiva tornou-se evidente em diversas declarações de Jair Bolsonaro, tanto durante sua campanha eleitoral quanto na vigência de seu governo, notadamente no contexto da pandemia de covid-19.

O período bolsonarista, “ainda que circunscrito no tempo histórico da democracia brasileira”, é caracterizado por “tentativa constante de ruptura democrática, sendo que as ameaças se fazem em constância” (CARMO, 2023, p. 116). Sob esse prisma, a peculiaridade do modelo de governança adotado reside em que, apesar da manutenção formal das instituições como o Congresso Nacional, o STF e o sistema eleitoral, observou-se um movimento contínuo de corrosão institucional.

Essa degradação manifestou-se por meio de atos administrativos, desmonte de políticas públicas, militarização de cargos civis, bem como por discursos que colocavam em dúvida a lisura das eleições e a independência do Judiciário.

Nesse sentido, a autora Aline Cristine Ferreira Braga do Carmo (2023) traz que o cenário típico de “ultraneoliberalismo”, no qual a dominação não se dá pela ruptura brusca, mas por uma erosão silenciosa e persistente da ordem democrática, legitimada pela própria linguagem da legalidade.

Em campanha na Paraíba, em fevereiro de 2017, Bolsonaro disse: “Deus acima de tudo, não tem essa historinha de laicidade do Estado, é cristão e a minoria que for contra que se mude, as minorias têm que se curvar para as maiorias”. Enquanto nas campanhas de 2022 para o cargo da presidência, Jair Bolsonaro declarou no Twitter em 2020 que “O Estado é laico, respeitamos a todos, mas nosso governo é CRISTÃO” (COUTO, 2023).

Essas declarações não exibem somente uma visão incompatível com o princípio constitucional da república federativa, porém uma ideia distorcida do constitucionalismo democrático.

Dessa forma, esses acontecimentos salientam as considerações institucionais solidificadas, capazes de resistir a tentativas autoritárias. Sendo assim, a atuação do judiciário e a mobilização da sociedade civil foram alicerçadas e, indubitavelmente, cruciais, a fim de conter as ameaças à ordem democrática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Ações do Governo Bolsonaro não Bem Observadas

Do ponto de vista da governabilidade, ainda que as avaliações acerca do desempenho do governo Bolsonaro possam conter algum grau de subjetividade, os indícios empíricos sugerem uma gestão marcada pela fragilização institucional, bem como pela condução programática que não se mostra compatível com as responsabilidades constitucionais de promover a igualdade e o bem-estar social.

As primeiras ações do novo governo, desde a posse em 1º de janeiro de 2019, confirmam a adoção de diretrizes que tensionam a estrutura republicana, que revelam “relações já observáveis [...] entre estrutura ministerial e pretensões governativas”, alerta o Autor (CARDOSO JR., 2019).

A redução drástica do número de ministérios, motivada pelo discurso de contenção de gastos, em conjunto com a eficiência gerencial, resultou, inopinadamente, em uma mudança de natureza programática e ideológica, alinhada a uma visão liberal-conservadora de Estado. A referida estratégia, embora apresentada como tecnicamente neutra, encobre motivações políticas voltadas ao esvaziamento de políticas públicas e à reorientação da atuação do Estado na sociedade.

Segundo Abboud (2022), a contemporaneidade apresenta um paradoxo: apesar dos inúmeros avanços tecnológicos, a sociedade se encontra exposta, pelas redes sociais, a uma racionalidade distorcida e a uma obscuridade em detrimento da autocracia.

Reconhece que o diálogo institucional contribui para o aprimoramento da atividade jurisdicional, ao permitir que a política exerça cognitivamente a relevância nesse processo. “Todavia, a democracia constitucional pressupõe um controle constitucional da política” (ABBOUD, 2022, p. 235).

Conforme observado pelo autor Cláudio Gonçalves Couto (2023), a interação bolsonarista com os demais poderes é marcada por uma sistemática desarticulada das instâncias de coordenação federativa:

As reiteradas transgressões dos limites constitucionais, a tentativa de invadir competências alheias, a abdicação do papel coordenador da presidência em sua relação com o Congresso, as omissões repetidas quanto a atribuições governamentais, o assédio institucional e o desmantelamento da burocracia pública vão tornando caóticas as relações políticas (CARDOSO *et al.*, 2022 *apud* COUTO, 2023, p. 8).

A instabilidade política, não obstante, amplia a demanda de atuação dos mecanismos de controle da democracia, como o sistema de Justiça Eleitoral, STF e do Congresso Nacional, requerendo que ajam diante de cenários críticos.

3.2 Os Impactos das Crises Políticas na Legitimidade Democrática

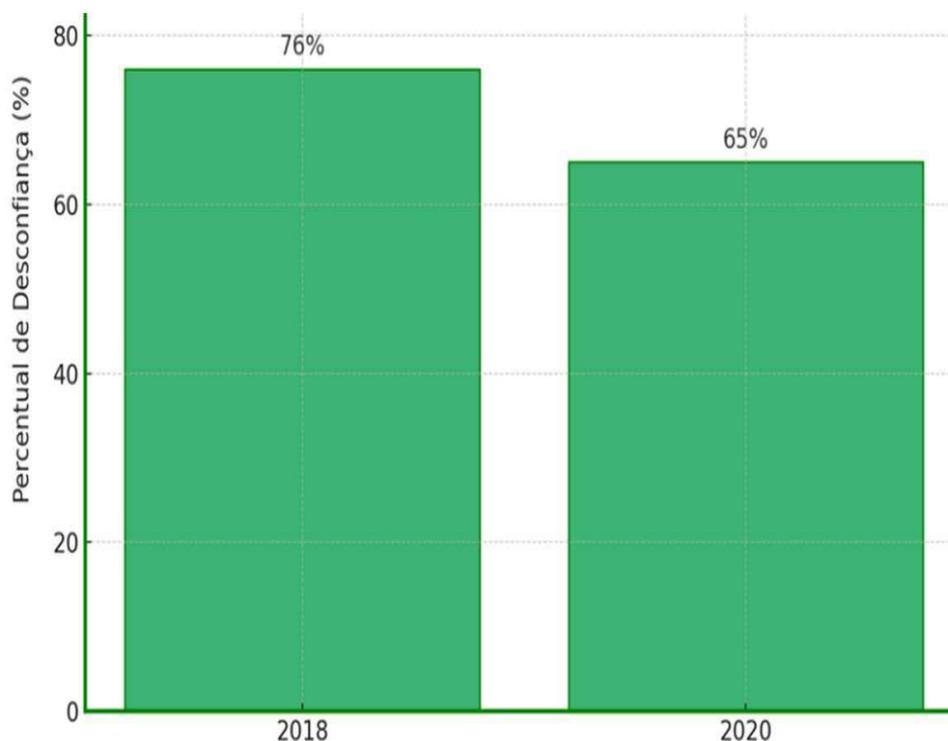
Cardoso Jr. (2019) argumenta que o governo Bolsonaro se encaminha “rapidamente para uma estratégia de acirramento de contradições relativamente aos segmentos da sociedade não alinhados a seu projeto de poder”, que promove um embate direto com grupos sociais tradicionalmente excluídos, mas que compõem a maioria demográfica do país.

Esse risco se materializa não somente em ações concretas do Executivo, mas também em tentativas de deslegitimação do Congresso e do Poder Judiciário.

O autor ainda alerta que, diante da oposição de setores mais amplos e diversificados, em comparação com seus apoiadores fiéis, o governo tenderá a um “endurecimento autoritário crescente por parte das frações de classe no poder”.

O PCB afirmou que “os ataques aos trabalhadores se intensificarão após o golpe judicial parlamentar de 2016, com o governo Temer, ênfase sob o governo Jair Bolsonaro” (VENTURELLI, 2023, p. 99, tradução nossa), rotulando-o como a principal ameaça à classe trabalhadora.

No tocante aos efeitos da pandemia sobre a democracia, a autora Giulia Sbaraini Fontes (2022) menciona em seu estudo que houve impacto da avaliação no Congresso. O nível de desconfiança em relação à instituição diminuiu 9% (de 76% em 2018 para 65% em 2020), que exige o fortalecimento da função contramajoritária das instituições. A ilustração a seguir apresenta uma tabela que demonstra a mudança na percepção institucional:

Tabela 01 – Nível de desconfiança no Congresso Nacional entre (2018-2020)

Fonte: Giulia Sbanairi Fontes (2022), baseada em Avritzer e Rennó (2021).

Tal evidência fragiliza os mecanismos de representação política, que permite espaço para os discursos autoritários que se apresentam como alternativa eficiente à democracia, quando, na realidade, corroem seus alicerces.

Em tempos de crises, isso reverte ao quadro de deslegitimação, sobretudo, aos representantes, que devem estar atentos a essas urgências sociais. No entanto, há um espaço para a reconstrução da credibilidade democrática junto ao cidadão.

A reputação do Parlamento foi aprimorada em decorrência das iniciativas implementadas pelos deputados e senadores durante o período da pandemia, uma vez que esses representantes enfrentaram a conjuntura desfavorável em face da inação do Poder Executivo (FONTES, 2022).

De acordo com Conrado Hübner Mendes (2023), o tribunal tem demonstrado uma postura de “resistência” contra as ameaças. Dessa maneira, o STF tem atuado no combate ao governo Bolsonaro.

Entre as medidas implementadas para conter a pandemia, apesar do negacionismo federal, destacam-se as articulações federativa, a regulamentação da intervenção policial em

comunidades pobres, a redução do número de mortes e a tentativa de proibição do orçamento secreto para a compra e venda de deputados.

A ferramenta, controlada por um ministro, é utilizada para realizar um inquérito sigiloso sobre as notícias falsas “fake news” e se instala de modo heterodoxo para combater o ataque bolsonarista à democracia (MENDES, 2023, p. 244).

O autor também menciona outros exemplos de excitação que causaram prejuízos sociais, tais como o decreto que autorizou o uso de armamento, a sujeição de civis à justiça militar, a omissão governamental diante da fome e o adiamento de casos relacionados ao marco temporal.

Consoante a constatação de Mendes (2023, p. 244), foram perpetradas decisões ineficazes na proteção de quilombolas e indígenas durante a pandemia, também como o bloqueio de recursos das universidades públicas. Essas arbitrariedades mostram a tentativa de desmonte das políticas públicas voltadas à inclusão social.

A reconstrução da legitimidade para vigilância constante contra práticas autoritárias que ameaçam a democracia, com a transparência e o princípio da dignidade humana pela justiça social ao respeito à diversidade são elementos estruturantes da ordem constitucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida ao longo deste artigo permitiu constatar que o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2023) foi marcado por sucessivos episódios de discursos e ações, que afrontaram os pilares do Estado Democrático de Direito.

As ações, os discursos presidenciais e os ataques aos órgãos do Judiciário, alicerçados à tentativa de minar a confiança no sistema eleitoral, distantes de serem meramente simbólicos, refletiram uma estratégia política deliberada de tensionamento institucional e mobilização social de cunho autoritário.

Conforme demonstrado, a retórica hostil contra as instituições - principalmente o STF e o sistema eleitoral - aliada à prática de enfraquecimento programático das políticas públicas e à tentativa de captura ideológica do Estado, insere-se no fenômeno contemporâneo de ruptura democrática informal.

Por conseguinte, a manutenção formal da estrutura republicana serviu como fachada para uma erosão interna da legitimidade institucional. Agravada por omissões governamentais diante de crises sanitárias e sociais pelo uso estratégico das redes digitais para fomentar a culminação da polarização do fanatismo de crer na desconfiança institucional.

Além do mais, foi possível observar que parte da sociedade, junto aos operadores de direito, passou a admitir, com naturalidade crítica, práticas e declarações incompatíveis com a Constituição Federal, sob o pretexto de liberdades individuais ou prerrogativas institucionais, o que expõe uma cultura política ainda frágil e permeável à retórica antidemocrática.

Nesse viés, a democracia brasileira demonstrou resiliência, sobretudo pela atuação firme do STF resistente e da Justiça Eleitoral, todavia os riscos permanecem. É imprescindível que os protagonistas jurídicos, acadêmicos e sociais estejam atentos aos novos formatos de autoritarismo, que se legitimam pela linguagem da legalidade, mas operam contra o conteúdo material da democracia.

Defere-se, portanto, que o presente artigo contribui para a compreensão crítica da conjuntura político-institucional recente. Salienta-se a inevitabilidade constante de vigilância para o fortalecimento das instituições e a educação para os cidadãos democráticos. A luta contra o autoritarismo exige, acima de tudo, o compromisso ético e constitucional de toda a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, G. **Ativismo Judicial**: Os perigos de se transformar o STF em inimigo ficcional. 2. Ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

BOZZA, G. A. **Radicalização política no Instagram**: um estudo dos grupos políticos da nova direita radical movimento brasil livre e vem pra rua nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. 224 f. Doutorado Em Ciência Política. Universidade Federal do Paraná, Curitiba biblioteca depositária: UFPR, 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Vidros quebrados, obras de arte estragadas, móveis danificados e até incêndio**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/07/invasao-ao-congresso-ummes-depois-tom-e-de-confianca-na-democracia>>. Acesso: 05 mai. 2025.

CARDOSO JR, J. C. **Desmonte do Estado no governo Bolsonaro**: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. Brasil: incertezas e submissão, 2019, p. 151170.

CARMO, A. C. F. B. **O processo de descaracterização do projeto educacional da rede federal de educação no contexto de ascensão ultraneoliberal**: ameaças, retrocessos e resistências. 287 f. Doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília. Biblioteca Depositária: Faculdade de Filosofia e Ciências / UNESP - Campus de Marília, 2023.

COUTO, C. G. **O Brasil de Bolsonaro**: uma democracia sob estresse. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 28, p. e89859, 2023.

FONTES, G. S. **Populismo e Autoridade Jornalística**: uma análise de editoriais e notícias publicados durante a primeira metade do governo Bolsonaro. 296 f. Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: UFPR, 2022.

MENDES, C. H. **O discreto charme da magistocracia**: vícios e disfarces do Judiciário brasileiro. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

VENTURELLI, G. **Das Promessas Populistas às Ameaças Democráticas**: Trajetória Política do Brasil. undefined f. Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária, 2023.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SOUSA, F. N.; LUZ, F. F. M.; RODRIGUES, M. S. Ameaças à Democracia: Análise das Tentativas de Ruptura Institucional no Brasil e o Caso Bolsonaro. **Rev. FSA**, Teresina, v. 22, n. 7, art. 5, p. 100-112, jul. 2025.

Contribuição dos Autores	F. N. Sousa	F. F. M. Luz	M. S. Rodrigues
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X